



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Comunicação (FAC)

Departamento de Jornalismo

**PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA
A PASTORAL CARCERÁRIA DA CNBB**

Autor: Gabriel Perez Paterno

Orientadora: Rafiza Luziani Ribeiro Carvalho

Brasília, DF

Dezembro de 2023



GABRIEL PEREZ PATERNO

PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA A PASTORAL CARCERÁRIA DA CNBB

Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação da Profa. Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro (Orientadora)

Prof. Dra. Fernanda Vasques Ferreira

Profa. Dra. Mariana Ferreira Lopes

Prof. Dr. Zanei Ramos Barcellos

Brasília (DF)

Dezembro de 2023

AGRADECIMENTOS

À professora Rafiza Varão pela orientação, pelos ensinamentos e apoio ao projeto do TCC.

À banca examinadora.

À Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

À minha família e amigos que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado em todo esse tempo de faculdade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 Problemática	7
1.2 Justificativa	8
1.3 Objetivo Geral	9
1.3.2 Objetivos Específicos	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	12
2.1 PERÍODO COLONIAL (1530-1808)	13
2.2 VINDA DA CORTE AO BRASIL EM 1808	14
2.3 Década de 1970	15
2.4 Sistema Prisional- Atual República	16
3. PASTORAL CARCERÁRIA	18
3.1 Características da Pastoral Carcerária	19
4. PLANO DE COMUNICAÇÃO	21
5. Definições	21
5.2 Análise da organização	22
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
6.1 Pesquisa Descritiva	26
6.2 Pesquisa bibliográfica	27
6.3 Resultados esperados	28
7. MÍDIAS SOCIAIS	30
7.1 MÍDIAS SOCIAIS- INSTAGRAM	30
8. FUNCIONAMENTO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO	33
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37

RESUMO

Esta pesquisa na área do Jornalismo tem por objetivo propor um novo plano de comunicação para a Pastoral Carcerária, uma pastoral social ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que oferece assistência às pessoas presas e suas famílias. Assim, este memorial procura também trazer brevemente a história das prisões brasileiras e como está a situação dos aprisionados no país. O plano de comunicação pretende melhorar a forma como a pastoral se comunica com seu público, criar mecanismos para ampliar informações úteis aos familiares de detentos/as, pensar formas de tornar a entidade mais influente nos debates sobre o sistema penitenciário, tornar a estética das redes sociais mais moderna e atrativa, além pensar meios de ofertar informações aos próprios presos/as. Será analisada a história do sistema prisional brasileiro desde suas primeiras prisões no ano de 817 (D.C) até os dias atuais, o que é a Pastoral Carcerária, para posteriormente chegar ao plano de comunicação em si.

Palavras-chave: plano de comunicação, arquitetura penitenciária, Pastoral Carcerária.

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo sistema prisional e seus pormenores se dá pela leitura do livro *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987), que é um exame dos mecanismos sociais e teóricos que motivaram as grandes mudanças que se produziram nos sistemas penais ocidentais durante a era moderna. O livro é dedicado à análise da vigilância e da punição, que se encontram em várias entidades estatais (hospitais, prisões e escolas). Embora baseado em documentos históricos franceses, as questões sobre as quais se debruça são relevantes para as sociedades contemporâneas.

A experiência que tive ao trabalhar no Superior Tribunal de Justiça (STJ), também foi um fator preponderante para esse estudo. Por meio de leitura de decisões judiciais penais, foram apresentados problemas do sistema prisional brasileiro, principalmente de sistemas prisionais com superlotação - cerca delas 54,8% estão acima da capacidade, segundo dados do [G1](#) (GLOBO. “População carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios em meio à pandemia”).¹

Com base nas experiências anteriores, surgiu a ideia de se propor um plano de comunicação para a Pastoral Carcerária (Pcr), com o intuito de divulgar melhor as informações dessa entidade ao público geral, nos aplicativos do Instagram e do Twitter.

Neste trabalho de conclusão de curso (TCC), serão apresentadas algumas problemáticas das redes da Pastoral Carcerária - que tem como objetivo principal

[...] atender às pessoas presas com a ajuda dos/as agentes pastorais que promovem um serviço de escuta e acolhimento, que contribuem para o processo de iniciação à vida cristã e para a vivência dos sacramentos, e atuam no enfrentamento às violações de direitos humanos e da dignidade humana que ocorrem dentro do cárcere (A Pastoral Carcerária, Autor desconhecido).

Nesse sentido o plano de comunicação que apresentaremos aqui visa melhorar a forma como a pastoral se comunica com o seu público, criar mecanismos para ampliar informações úteis aos familiares de detentos/as, pensar formas de

¹ Disponível em:
<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 17 mai. 2021

tornar a entidade mais influente nos debates sobre o sistema penitenciário, além de tornar a estética das redes mais moderna e atrativa.

1.1 Problemática

O problema central que enfrentamos aqui é criar um plano de comunicação robusto, focado em mídias sociais, que seja capaz de impulsionar as doações financeiras, a doação de livros, roupas e também a visibilidade da Pastoral Carcerária. Para resolver esse desafio, é fundamental adotar uma abordagem estratégica que envolva vários aspectos cruciais.

Em primeiro lugar, o plano deve definir claramente os objetivos relacionados às doações e à divulgação da organização. Isso envolve quantificar metas específicas, como o valor desejado em doações financeiras, a quantidade de livros e roupas arrecadadas e um aumento percentual na conscientização pública sobre o trabalho da Pastoral Carcerária.

Para alcançar esses objetivos, é essencial compreender profundamente o público-alvo que a organização deseja alcançar. Quem são as pessoas que estão mais propensas a doar dinheiro, livros ou roupas? Qual é a melhor forma de se comunicar com elas? Essa análise detalhada ajudará a direcionar a mensagem e escolher os canais de mídia social mais adequados para atingir essas pessoas.

A criação de uma estratégia de conteúdo envolvente e persuasiva é outro aspecto crítico. Isso inclui contar histórias impactantes sobre o trabalho da Pastoral Carcerária, destacar casos de sucesso, mostrar o impacto das doações e envolver a comunidade por meio de campanhas temáticas. Além disso, é importante desenvolver uma identidade visual e de marca coesa que transmita confiabilidade e autenticidade.

A avaliação e mensuração do desempenho desempenham um papel fundamental no sucesso do plano. Métricas como o aumento no número de doações, o envolvimento nas redes sociais, o tráfego para o site da organização e a

cobertura da mídia podem ser usadas para avaliar o progresso e fazer ajustes conforme necessário.

Por fim, a estratégia deve incluir táticas específicas, como anúncios direcionados nas redes sociais, campanhas de e-mail marketing, parcerias com influenciadores e a criação de conteúdo relevante e compartilhável. A mobilização da comunidade e o envolvimento ativo com os seguidores e doadores também são componentes essenciais para o sucesso do plano.

Em resumo, o problema em questão requer a elaboração de um plano de comunicação baseado em mídias sociais que não apenas promova as doações em dinheiro, livros e roupas, mas também aumente a visibilidade e o reconhecimento da Pastoral Carcerária. Isso exige uma abordagem estratégica completa que abrange desde a definição de objetivos claros até a implementação de táticas específicas e a avaliação constante do desempenho. Com um plano sólido em vigor, a organização estará melhor preparada para alcançar suas metas e continuar sua importante missão de apoio aos encarcerados.

1.2 Justificativa

A pesquisa em questão é importante para divulgar a entidade e também trazê-la para perto do público mais necessitado de informações, no caso presos e pessoas próximas a esse grupo. O direito do preso ao contato com o exterior da prisão está previsto no item nº 92, das *Regras Mínimas para Tratamento de Presos* da ONU:

“O preso não julgado será autorizado a informar imediatamente à sua família sobre sua detenção, e ser-lhe-ão dadas todas as facilidades razoáveis para comunicar-se com sua família e amigos e para receber as visitas deles, sujeito apenas às restrições e supervisão necessárias aos interesses da administração da justiça e à segurança e boa ordem do estabelecimento prisional” (UNODC, 1995, p.31)

Está previsto também na Resolução nº 14, de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), em seu capítulo XI (Do contato com o mundo exterior), o direito do preso de estar informado dos acontecimentos familiares e das atualidades sociais (liberdade à informação):

Art. 33 - O preso estará autorizado a comunicar-se periodicamente, sob vigilância, com sua família, parentes, amigos ou instituições idôneas, por correspondência ou por meio de visitas. § 1º. A correspondência do preso analfabeto pode ser, a seu pedido, lida e escrita por servidor ou alguém por ele indicado; § 2º. O uso dos serviços de telecomunicações poderá ser autorizado pelo diretor do estabelecimento prisional. (CNPCP, 1994, p.5)

Como estudante de jornalismo, observei que notícias referentes a presos em grandes mídias como, *Folha de S.Paulo*, *Estadão*, *Veja*, *O Globo* trazem essas pessoas como seres sem alma e fadados à reclusão. O trabalho em questão também - como ideia pessoal- busca trazer uma visão diferente referente a essa parcela de nossa sociedade, mostrando que são dotados de “alma” assim como nós que estamos em liberdade.

Além disso, é importante conectar as pastorais às mídias sociais, uma vez que estas têm sido um dos principais meios utilizados pela sociedade brasileira para se informar. Segundo dados do Datareportal 2023 o Brasil possui 152,4 milhões de consumidores de mídias sociais, o que equivale a 70,6% da população brasileira (KEMP, 2023)².

1.3 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é estabelecer um plano de comunicação abrangente e eficaz para a Pastoral Carcerária. Essa estratégia visa não apenas consolidar a organização na área de ajuda penitenciária, mas também capacitá-la a ampliar sua presença e impacto nas mídias sociais. Para buscar esse objetivo, é essencial considerar diversos aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar, o plano deve se concentrar em definir claramente os objetivos que a Pastoral Carcerária deseja alcançar por meio de sua comunicação. Isso pode incluir aumentar a conscientização sobre os desafios enfrentados pelo

² Disponível em: <<https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>>. Acesso em 06 dez. 2023

sistema prisional brasileiro, arrecadar fundos para apoiar suas atividades ou envolver a comunidade em iniciativas de reforma penitenciária.

Além disso, é crucial entender a audiência-alvo da Pastoral Carcerária. Quem são as pessoas que a organização deseja alcançar e envolver? Isso pode incluir doadores em potencial, voluntários, familiares de detentos, advogados de direitos humanos e o público em geral. Uma análise detalhada desse público ajudará a adaptar a mensagem e os canais de comunicação de acordo com suas necessidades e interesses.

O plano de comunicação também deve abordar os canais de mídia social a serem utilizados, como Instagram e Twitter. Cada plataforma tem suas próprias características e público, e a escolha adequada dependerá do público-alvo e dos objetivos da Pastoral Carcerária. A criação de uma identidade visual e de estilo de comunicação consistente é fundamental para aumentar o reconhecimento da marca e a eficácia da mensagem.

Além disso, a mensuração e avaliação dos resultados desempenham um papel importante no plano de comunicação. É preciso estabelecer métricas específicas para acompanhar o progresso em direção aos objetivos, como o aumento no número de seguidores, engajamento nas postagens e doações recebidas. Com base nesses dados, o plano deve ser ajustado e otimizado continuamente.

Em resumo, o plano de comunicação proposto para a Pastoral Carcerária busca não apenas consolidar sua presença na área de ajuda penitenciária, mas também capacitá-la a se desenvolver com mais conhecimento e autonomia em suas mídias sociais. Isso requer uma abordagem estratégica que envolva a definição de objetivos claros, a compreensão da audiência-alvo, a seleção de canais apropriados, a criação de uma identidade visual coesa e a mensuração constante dos resultados. Ao implementar esse plano, a Pastoral Carcerária estará melhor posicionada para alcançar seus objetivos e ampliar seu impacto na comunidade.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Revisar sobre planos de comunicação;
2. Conscientizar a população geral de que o preso tem direito assim como os cidadãos livres- ações que busquem conscientizar a sociedade;
3. Mostrar aos gestores os benefícios de um plano de comunicação para a CNBB;
4. Avaliar como um plano de comunicação pode trazer benefícios à Organização/ Identificar quem será o público alvo;
5. Produzir um plano de comunicação em que o encarcerado seja colocado em primeiro plano;
6. Trazer dados desde o início das prisões até os dias atuais no Brasil.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A superlotação carcerária no Brasil é um problema crônico que merece uma análise mais aprofundada. A população carcerária brasileira é, atualmente, a terceira

maior do mundo, com aproximadamente 682,1 mil presos em 2021, perdendo apenas para os Estados Unidos e a China. No entanto, o sistema penitenciário brasileiro tem capacidade para abrigar apenas cerca de 440,5 mil pessoas, o que significa que há um déficit de aproximadamente 241,6 mil vagas no sistema prisional³.

É alarmante observar que aproximadamente 31,9% desses presos estão aguardando julgamento e não possuem condenação judicial. Isso significa que um grande número de pessoas está sendo mantido atrás das grades sem que tenham sido formalmente consideradas culpadas por um tribunal. Esse cenário levanta sérias questões sobre a justiça e a eficiência do sistema penal brasileiro.

Além disso, é importante destacar que a maioria esmagadora dos presos tem entre 18 e 29 anos, o que indica uma alta concentração de jovens no sistema prisional. Segundo dados do IBGE de 2019, 66,7% dos encarcerados se declaram negros ou pardos, apontando para uma clara disparidade racial no sistema carcerário brasileiro. Essas estatísticas evidenciam a desigualdade e a seletividade do sistema de justiça criminal, que afeta de forma desproporcional jovens e pessoas negras.

A taxa de ocupação nos presídios brasileiros é alarmante, atingindo 154,8%. Isso significa que as unidades prisionais estão funcionando com muito mais presos do que sua capacidade máxima, o que agrava ainda mais as condições precárias de vida dentro das prisões. A superlotação contribui para a disseminação de doenças, a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e a ocorrência de conflitos e violência nas prisões.

2.1 PERÍODO COLONIAL (1530-1808)

A análise da história do sistema carcerário brasileiro é crucial para entendermos o cenário atual de superlotação e outros problemas que afetam o sistema penitenciário do país. Nesse sentido, o trabalho de Michel Foucault em sua

³ Disponível em:
<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 17 mai. 2021

obra "Vigiar e Punir (1975)" oferece *insights* valiosos sobre as origens das práticas de punição e encarceramento no Brasil.

Foucault argumenta que as primeiras formas de punição no Brasil, assim como em muitos outros lugares, foram influenciadas por métodos semelhantes aos da França. No período colonial, a punição era frequentemente aplicada por meio do suplício físico, que envolvia a exposição pública do condenado a formas brutais de castigo, como açoitamento, tortura e até mesmo a execução em praça pública. Essas práticas visavam não apenas punir o condenado, mas também servir como um espetáculo público de disciplina e controle social.

O cárcere, nesse contexto histórico, tinha uma função limitada e diferente da que conhecemos hoje. Ele era reservado principalmente para a detenção temporária de indivíduos aguardando julgamento ou cumprindo penas curtas antes da execução. O sistema prisional como o conhecemos atualmente, com penas longas de prisão como a principal forma de punição, ainda não estava completamente estabelecido.

A transição do suplício físico para a prisão como forma predominante de punição foi um processo gradual que ocorreu ao longo dos séculos, influenciado por mudanças sociais, políticas e econômicas. O sistema prisional passou por diversas transformações ao longo do tempo, e a ideia de que o encarceramento poderia ser uma forma mais "humanitária" de punição começou a ganhar força. No entanto, como podemos observar pelos dados atuais de superlotação e outros problemas, o sistema prisional brasileiro ainda enfrenta desafios significativos em termos de garantia dos direitos humanos e eficácia na ressocialização dos detentos.

2.2 VINDA DA CORTE AO BRASIL EM 1808

Com a vinda da Corte portuguesa ao Brasil em 1808, muitos dos paradigmas da Reforma Jurídico-Penal cruzaram os mares e vieram aqui na ainda colônia portuguesa. Com as ideias dos reformistas franceses e estadunidenses, o país passou a adotar um novo tipo de aplicabilidade de suas leis penais. Assim como descrito por Foucault (FOUCAULT, 1987), as novas teorias reformistas tinham a

intenção de humanizar as prisões, tratar os presos de uma maneira diferente, sendo seres agora possuidores de alma os quais necessitavam de direitos assim como todo e qualquer ser humano. As penas a partir do Código Civil do Império brasileiro de 1830 passariam a ser humanizadoras:

“Proporcionalidade entre o crime e a pena, as penas tinham que ter proporcionalidade entre o crime cometido e a pena; a pena exclusiva do condenado, não poderia ultrapassar ao infrator, não podendo ser estendida aos seus familiares; humanização da pena de morte, sem a tortura; proibição das penas cruéis, sem enforcamentos ou decapitações, porém mantendo a pena de açoites para escravos; persistência das penas de degredo, banimento, galés, multas, privação dos direitos políticos, desterro (exílio), ainda persistindo algumas penas das ordenações Filipinas”. (D.PEDRO I, 1830).

O Brasil, seguindo os preceitos estadunidenses e também os franceses, adotou os mesmos métodos. Em ambos foi visto uma Reforma Jurídico- Penal com suas ideias montadas nos regimes burgueses, em que o preso agora passa a trabalhar para o Estado para cumprir sua pena (obrigatoriamente), para poder pagar seus crimes perante a sociedade. A partir da década de 1970, foram adotadas arquiteturas modulares nas cadeias devido à preservação da segurança sem confinamentos degradantes. Todavia, em outros estados eram utilizados também outros tipos de arquitetura como no Estado de São Paulo, que passou a utilizar o modelo de Penitenciária compacta no qual segundo Jorge (2002, p. 112), é concebido “com redução de espaços e serviços coletivos, no pressuposto de que os presos aí fiquem poucos dias”.

2.3 Década de 1970

A partir da década de 1970, o governo federal brasileiro começou a investir em políticas voltadas para o sistema penitenciário. Isso marcou o início de uma nova abordagem que visava conceder mais direitos aos presos, alinhando-se com os princípios adotados em países com políticas sociais mais desenvolvidas. Dois órgãos se destacaram como fundamentais para a construção dessa nova política carcerária no Brasil: o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP).

O DEPEN, criado pelo Poder Executivo em 1975, tem como missão acompanhar e controlar a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional. De acordo com informações do próprio DEPEN, o órgão busca "induzir, apoiar e atuar na execução penal brasileira, promovendo a dignidade humana, com profissionalismo e transparência, com vistas a uma sociedade justa e democrática". Sua atuação é voltada para a supervisão e melhoria das condições do sistema carcerário, com foco na humanização das prisões.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), por sua vez, é "um órgão relativo ao qual cabia a elaboração de normas supletivas à legislação, bem como providências específicas, de acordo com as peculiaridades de cada questão" (ESTECA, 2011, p.31). Sua criação foi um passo importante para consolidar uma abordagem mais abrangente e direcionada à reforma do sistema penitenciário.

A criação desses órgãos de supervisão e execução representou um avanço significativo na abordagem das prisões no Brasil. No entanto, para que houvesse uma mudança real e efetiva no sistema penitenciário brasileiro, também foi fundamental revisar o sistema de penas. Muitas pessoas eram condenadas à reclusão em presídios, mesmo cometendo crimes de baixa periculosidade. Um exemplo notório é o estado de São Paulo, onde 40,5% dos presos estavam atrás das grades por tráfico de drogas em 2021. No entanto, mais de 30% desses presos estavam detidos por quantidades mínimas de drogas, não representando uma ameaça à sociedade.

Em 1987, foi criado o primeiro Código Penitenciário brasileiro, que apresentou a Lei de Execução Penal. Essa lei estabeleceu as bases para que o governo federal pudesse auxiliar os estados brasileiros na elaboração de políticas penitenciárias, incluindo metodologias e tipos de prisões a serem adotados.

Na década de 1980, com o processo de redemocratização do país, organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), passaram a fiscalizar as condições das prisões no Brasil. Essa vigilância internacional trouxe a possibilidade de julgamento em tribunais internacionais caso o

país não cumprisse com padrões mínimos estabelecidos pelas leis internacionais de direitos humanos, sujeitando o Brasil a sanções políticas severas.

Assim, a década de 1970 marcou o início de mudanças significativas no sistema penitenciário brasileiro, com a criação de órgãos de supervisão e a revisão das políticas de pena, ainda que muitos desafios persistem até os dias de hoje. A fiscalização internacional também desempenhou um papel importante em garantir que o Brasil cumprisse com os padrões de direitos humanos em suas prisões.

2.4 Sistema Prisional- Atual República

A situação do sistema carcerário brasileiro é um reflexo de problemas históricos que persistem desde o início do século XIX. Um dos principais desafios é a disparidade social que se reflete nas prisões, onde a maioria dos detentos provém de origens socioeconômicas muito humildes. Essa realidade é agravada pela arbitrariedade em muitos casos, em que indivíduos são encarcerados sem o devido processo legal, o que infringe seus direitos fundamentais. Isso acontece em parte devido à pressão de uma minoria rica e influente na sociedade, que defende políticas de encarceramento em massa, muitas vezes sem levar em consideração a necessidade de reeducação e ressocialização dos condenados.

Atualmente, o Brasil detém a triste posição de ter a terceira maior população carcerária do mundo, com aproximadamente 682,1 mil presos registrados em 2021. Esse número alarmante coloca o país atrás apenas dos Estados Unidos e da China em termos de encarceramento. Entretanto, o sistema prisional brasileiro está longe de oferecer condições adequadas para acomodar todos esses detentos. As vagas disponíveis são cerca de 440,5 mil, criando um déficit de aproximadamente 241,6 mil lugares nas celas brasileiras.

Outra questão preocupante é o alto percentual de presos provisórios, que representam cerca de 31,9% da população carcerária total. Esses indivíduos aguardam julgamento e, em muitos casos, permanecem na prisão por longos períodos antes mesmo de serem condenados, o que contraria o princípio da presunção de inocência.

Além disso, a composição demográfica dos presos também revela desigualdades. Mais da metade dos detentos têm entre 18 e 29 anos, o que destaca a juventude como um grupo particularmente afetado pelo sistema prisional. Além disso, dados do IBGE de 2019 indicam que 66,7% dos encarcerados se declaram negros ou pardos, ressaltando uma clara disparidade racial dentro do sistema.

A taxa de ocupação nas prisões brasileiras é alarmante, chegando a 154,8%⁴, o que significa que as instalações estão muito além de sua capacidade ideal, resultando em condições insalubres e superlotação que violam os direitos humanos dos detentos. Essa realidade foi agravada em meio à pandemia de COVID-19, que trouxe riscos adicionais à saúde das pessoas privadas de liberdade.

Portanto, a superlotação, a falta de estrutura adequada, a desigualdade socioeconômica, a prisão arbitrária e a demora no julgamento são alguns dos problemas crônicos que assolam o sistema carcerário brasileiro, exigindo a atenção e ação urgentes das autoridades, organizações da sociedade civil e da população em geral para promover uma reforma significativa nessa área.

Essa breve contextualização histórica nos ajuda a entender como o sistema carcerário brasileiro evoluiu ao longo dos anos e como os desafios atuais, como a superlotação, têm raízes profundas em nossa história penal. Para abordar efetivamente esses problemas, é fundamental não apenas olhar para o presente, mas também compreender como chegamos a esse ponto e buscar soluções que abordem as questões estruturais do sistema penal brasileiro.

3. PASTORAL CARCERÁRIA

A Pastoral Carcerária (Pcr) é uma importante iniciativa da Igreja Católica Romana no Brasil, sendo vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Seu principal objetivo é desenvolver um trabalho de cunho religioso e social junto às pessoas privadas de liberdade que se encontram nos sistemas prisionais do país. No entanto, sua atuação vai muito além da evangelização, abrangendo

⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 17 mai. 2021.

diversas dimensões essenciais para a promoção da dignidade humana e a defesa dos direitos humanos no contexto carcerário brasileiro.

Um dos aspectos centrais da atuação da Pastoral Carcerária é a busca por ser a presença de Cristo e da Igreja em um ambiente marcado pela adversidade. Os cárceres brasileiros são frequentemente caracterizados pela superlotação, condições insalubres e situações de tortura enfrentadas pelas pessoas privadas de liberdade. Nesse contexto, a Pcr assume o compromisso de oferecer escuta e acolhimento às pessoas presas, proporcionando um espaço para que expressem suas angústias, esperanças e necessidades.

Todo processo evangelizador envolve a promoção humana. Assim, a evangelização concretiza-se de forma integral, seguindo as orientações da Igreja: “As profundas diferenças sociais, a extrema pobreza e a violação dos direitos humanos [...] são desafios lançados à evangelização”.⁵

Além da dimensão religiosa, a Pastoral Carcerária desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos humanos dentro das prisões. Ela atua no enfrentamento das violações de direitos humanos e da dignidade humana que ocorrem no sistema prisional brasileiro. Isso inclui denunciar abusos, torturas e situações degradantes, bem como advogar por melhores condições de vida e tratamento digno para as pessoas privadas de liberdade.

A Pastoral Carcerária também se envolve no processo de iniciação à vida cristã das pessoas presas, contribuindo para que vivenciem os sacramentos e tenham acesso à espiritualidade e à mensagem cristã. A evangelização, nesse contexto, não se limita à dimensão espiritual, mas se estende à promoção da justiça social e da solidariedade.

A atuação da Pcr é guiada pelas orientações da Igreja Católica, que reconhece os profundos desafios das diferenças sociais, da extrema pobreza e das violações dos direitos humanos como questões centrais para a evangelização.

⁵ DOCUMENTO DE PUEBLA texto integral EVANGELIZAÇÃO no presente e no futuro da América Latina CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO Texto Oficial. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Puebla-1979-3CELAM-PORTUGUES.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

Portanto, a Pastoral Carcerária busca promover uma evangelização integral, que considere não apenas a dimensão espiritual, mas também a promoção da dignidade, dos direitos e da humanidade das pessoas privadas de liberdade.

Dessa forma, a Pastoral Carcerária desempenha um papel relevante na sociedade brasileira, atuando em um contexto complexo e desafiador. Seu compromisso com a promoção da dignidade e dos direitos das pessoas presas contribui para a construção de um sistema prisional mais humano e justo, enquanto sua dimensão espiritual oferece apoio e esperança às pessoas que enfrentam as dificuldades do encarceramento.

3.1 Características da Pastoral Carcerária

A Pastoral por ter uma característica humanizadora, busca estar junto das pessoas privadas de liberdade, no caso das pessoas presas. A proximidade e a empatia por essas pessoas permite compreender a situação delas e entender os seus valores, desejos e principalmente as dores do aprisionamento.

É a partir do Evangelho que as pessoas são capazes de reconhecer a dignidade e o valor das pessoas aprisionadas, reconhecendo-os aos olhos de Cristo, pobre como eles e excluído como eles. Desta experiência cristã compartilharemos com eles a defesa de seus direitos⁶.

Para além da característica humanizadora, é importante ressaltarmos a ideia da “Libertação integral”. Consciente de que precisa enfrentar as urgências que decorrem da violência e da miséria do sistema prisional, o agente de Pastoral Carcerária sabe que não pode restringir sua solidariedade ao gesto imediato da doação caritativa - doação. Embora importante e mesmo indispensável, a doação imediata do necessário à sobrevivência não abrange a totalidade da opção às pessoas privadas de liberdade. Antes de tudo, isto implica convívio, relacionamento fraterno, atenção, escuta, acompanhamento nas dificuldades, buscando, a partir das pessoas privadas de liberdade a partir da luta, a mudança de sua situação.

⁶ Disponível em: <https://www.a12.com/source/files/originals/Documento_de_Aparecida_2017.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

A luta para cancelar toda e qualquer legislação e normas contrárias à dignidade e aos direitos fundamentais é de suma importância às pessoas privadas de liberdade. Se não houver uma discussão de âmbito nacional - a solução para o quadro lastimável do sistema carcerárias envolve também resolver outras questões, como a melhoria da educação básica e o desmantelamento do crime organizado - sobre a atual situação carcerária brasileira, os direitos humanos e fundamentais continuarão a ser infringidos.

Por fim, a Pcr⁷ almeja que todo aquele que teve o seu direito a liberdade retirado, que seja tratado com respeito e dignidade. Isso significa tratar o ser humano como fim e não como meio, não o manipular como se fosse um objeto; respeitá-lo em tudo que lhe é próprio: corpo, espírito e liberdade; tratar as pessoas presas como ser humano sem preconceito nem discriminação, acolhendo, perdoando, recuperando a vida e a liberdade de cada um, denunciando os desrespeitos à dignidade humana e considerando as condições materiais, históricas, sociais e culturais em que cada pessoa vive.

4. PLANO DE COMUNICAÇÃO

A estrutura do plano de comunicação utilizado para o desenvolvimento deste produto se baseia no Projeto Final em Publicidade e Propaganda, *Plano de Comunicação: Céu do Cerrado Orgânicos* (SOUZA, 2018). Nele, a autora desenvolve um produto para melhorar as redes sociais da Empresa Cerrado Orgânicos, que trabalha com a venda de alimentos agrícolas orgânicos.

⁷ Disponível em: <<https://carceraria.org.br/a-pastoral-carceraria>>. Acesso em: 09 dez. 2023

5. Definições

Um Plano de Comunicação é um recurso estratégico vital para guiar as organizações na transmissão eficaz de informações ao seu público-alvo. Sua criação requer um foco preciso em objetivos claros e mensuráveis. Isso envolve estabelecer metas específicas, como aumentar o tráfego do site ou expandir o alcance nas redes sociais, para avaliar o sucesso do plano. É igualmente crucial compreender profundamente o público-alvo, utilizando *personas* que representam os clientes ideais. Identificar os canais de comunicação adequados, como mídias sociais, e-mail marketing e publicidade online, é fundamental para alcançar esse público de forma eficaz.

Um plano de comunicação consiste em uma série de planejamentos, colocados no papel em forma de um projeto, com o objetivo de concentrar os esforços de comunicação dentro de uma empresa. Nesse sentido, o plano de comunicação elenca os objetivos específicos, o tipo de mensagem, o método de abordagem, as formas de avaliação dos conteúdos, entre outros assuntos importantes para uma transmissão de informações eficaz e precisa.⁸

O desenvolvimento de mensagens claras e relevantes, adaptadas aos diversos canais de comunicação, é essencial para transmitir a mensagem de maneira eficaz. Além disso, a criação de um calendário editorial ajuda a manter a consistência na entrega de conteúdo e a planejar campanhas sazonais ou eventos importantes. Métricas específicas devem ser definidas para avaliar o desempenho do plano, incluindo métricas de engajamento nas redes sociais e aumento no tráfego do site.

Estabelecer um orçamento é crucial para garantir os recursos necessários para a execução do plano, incluindo publicidade, produção de conteúdo e ferramentas de análise. Também é importante antecipar cenários de crise e desenvolver planos de gerenciamento de crises para proteger a reputação da organização. A equipe responsável pela implementação deve estar devidamente

⁸ Disponível em:

<<https://www.revelare.com.br/blog/entenda-a-importancia-de-ter-um-plano-de-comunicacao-em-sua-empresa>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

treinada e alinhada com os objetivos e diretrizes da comunicação. Um plano de comunicação eficaz é flexível e adaptável, permitindo ajustes à medida que se obtém feedback e dados, garantindo que a estratégia permaneça relevante nas mudanças do ambiente de negócios e nas necessidades do público.

5.2 Análise da organização

A Pastoral Carcerária, de acordo com sua própria descrição em seu site, tem como objetivo ser "[...] a presença de Cristo e de sua Igreja no mundo dos cárceres, caracterizado pela superlotação, condições insalubres e tortura sofrida pelas pessoas privadas de liberdade", (A Pastoral Carcerária. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/a-pastoral-carceraria>>.)⁹

Nesse contexto, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio de ações como doações, visitas e intervenções jurídicas, busca humanizar a experiência dos detentos e proporcionar condições de vida mais dignas, equiparadas às da população não encarcerada.

A atuação da CNBB por meio da Pastoral Carcerária é de extrema importância em um cenário onde as prisões brasileiras enfrentam sérios desafios, como a superlotação, condições degradantes e relatos de tortura. A organização desempenha um papel fundamental ao dar voz aos detentos, lutar pelos seus direitos e promover a mensagem de solidariedade e compaixão, de acordo com os princípios cristãos.

Entretanto, ao analisarmos a presença da CNBB nas mídias sociais, podemos identificar algumas áreas de melhoria. Em particular, seu perfil no Instagram conta com aproximadamente 3.861 seguidores, o que é uma base fraca em comparação a da CNBB que conta com mais de 200 mil seguidores. Além disso, os posts publicados pela Pastoral Carcerária têm uma média de 70 curtidas e 4 comentários,

⁹ Disponível em: <<https://carceraria.org.br/a-pastoral-carceraria>>. Acesso em: 09 dez.2023

o que demonstra algum engajamento, mas há espaço para aprimoramento nessa área.

Uma das primeiras questões a serem abordadas é a falta de uma identidade visual definida para o perfil. Uma identidade visual consistente é crucial para transmitir a imagem da organização de forma coesa e reconhecível. Isso inclui escolher cores, fontes e estilos visuais que estejam alinhados com a mensagem e os valores da CNBB.

Outra sugestão importante é a definição de um estilo de publicação de conteúdo mais uniforme e atrativo. Isso pode incluir o uso de templates gráficos para criar posts visualmente atraentes, bem como a criação de legendas envolventes que incentivem o engajamento do público.

Além disso, considerando que a CNBB possui um site próprio, seria vantajoso apresentar informações mais detalhadas ou estatísticas em posts do Instagram por meio de cards, que podem conter gráficos ou resumos, e direcionar o público para o site para obter mais informações. Isso pode ajudar a aumentar o tráfego para o site e permitir que os seguidores acessem dados mais aprofundados sobre as ações da Pastoral Carcerária.

Por fim, a utilização da ferramenta "destaques" no Instagram é essencial. Os destaques permitem que os Stories¹⁰ - sejam fixados na página principal (*feed*) do perfil. Essa funcionalidade pode ser usada para organizar e destacar informações importantes, como detalhes sobre doações, a missão da Pastoral Carcerária, denúncias de tortura e outros tópicos relevantes. Isso facilita o acesso do público a informações cruciais e ajuda a manter esses recursos visíveis e acessíveis.

Em resumo, a Pastoral Carcerária desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos e da dignidade das pessoas privadas de liberdade. A presença nas mídias sociais, como o Instagram, é uma ferramenta valiosa para alcançar um público mais amplo e conscientizar sobre essas questões. Com a

¹⁰ Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/proxima/pxx-noticias/instagram-stories>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

implementação de uma identidade visual consistente, um estilo de publicação mais atrativo, o uso de cards para informações detalhadas e a organização de destaques relevantes, a CNBB pode melhorar ainda mais sua presença online e seu impacto na sociedade.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de pesquisa é um elemento fundamental em qualquer trabalho acadêmico, pois é o conjunto de abordagens, ferramentas e técnicas que guiam o processo de investigação e permitem a obtenção de respostas para os questionamentos iniciais, bem como a validação ou refutação de hipóteses. Ela é o alicerce que sustenta a construção do conhecimento científico, delineando os passos a serem seguidos para alcançar um objetivo específico.

Conforme destacado por Praça (2015), a metodologia científica desempenha um papel crucial na compreensão e análise do mundo que nos rodeia. Ela é essencial para que o conhecimento seja criado e compartilhado de forma sistemática. O processo de aprendizagem e aquisição de conhecimento ocorrem quando o estudante se engaja ativamente na exploração dos caminhos do saber, tornando-se o protagonista desse processo. A interação entre ensino e aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento do conhecimento.

A pesquisa acadêmica se beneficia da diversidade de métodos disponíveis, como descritivo, qualitativo, quantitativo e bibliográfico, entre outros. A escolha do método adequado depende da natureza do problema de pesquisa e dos objetivos do estudo. No caso do trabalho em questão, a metodologia descritiva é utilizada, com base em referências bibliográficas e pesquisa documental.

O método descritivo é especialmente útil quando se busca compreender e descrever fenômenos, eventos ou contextos específicos. Ele permite a coleta, organização e análise de dados que contribuem para uma compreensão mais profunda e precisa do objeto de estudo. No contexto desse trabalho, a pesquisa bibliográfica envolve a revisão e análise de fontes acadêmicas, livros, artigos e outras publicações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro e à atuação da

Pastoral Carcerária. A pesquisa documental, por sua vez, envolve a análise de documentos oficiais, relatórios, dados estatísticos e outros registros relevantes.

Esses métodos, quando combinados, fornecem uma base sólida para a pesquisa, permitindo ao pesquisador explorar as complexidades do sistema carcerário brasileiro e avaliar o impacto das ações da Pastoral Carcerária de maneira crítica e informada. Ao adotar uma abordagem metodológica sólida, o trabalho busca contribuir para uma compreensão mais completa e embasada da situação carcerária no Brasil e do papel desempenhado pela pastoral nesse contexto.

6.1 Pesquisa Descritiva

Analisar o contexto em que a Pastoral Carcerária está inserida é um passo fundamental para o desenvolvimento de um Plano de Comunicação eficaz. Essa análise permite ao referido pesquisador compreender a realidade em que a organização atua, identificar os desafios que enfrenta e as oportunidades que pode aproveitar para alcançar seus objetivos.

Uma das abordagens metodológicas frequentemente utilizadas para essa análise é a pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever fenômenos e fatos, proporcionando uma compreensão mais clara e objetiva do ambiente em que a organização opera.

No caso da Pastoral Carcerária, a pesquisa descritiva pode envolver a coleta e análise de dados relacionados ao sistema prisional brasileiro, como a superlotação, as condições de vida dos detentos, as práticas de punição e ressocialização, entre outros. Essa análise pode ser baseada em dados quantitativos, como estatísticas oficiais, bem como em dados qualitativos, como relatórios de organizações de direitos humanos, depoimentos de detentos e agentes pastorais, e assim por diante.

Além disso, a pesquisa descritiva pode incluir a realização de pesquisas de opinião junto à comunidade, familiares de detentos e outros stakeholders relevantes. Essas pesquisas podem ajudar a identificar percepções, necessidades e

expectativas em relação à atuação da Pastoral Carcerária, bem como possíveis obstáculos à sua missão.

Outro aspecto importante da pesquisa descritiva é a análise de tendências e mudanças no contexto em que a organização opera. Isso pode incluir mudanças na legislação penal, políticas públicas relacionadas à segurança e ao sistema prisional, bem como eventos ou incidentes específicos que afetam a população carcerária.

Com base nessa análise descritiva do contexto, o referido pesquisador estará em uma posição melhor para desenvolver um Plano de Comunicação que seja relevante, eficaz e alinhado com as necessidades e desafios enfrentados pela Pastoral Carcerária. Esse plano pode incluir estratégias de comunicação direcionadas a diferentes públicos, mensagens-chave, canais de comunicação apropriados e ações específicas para promover a missão da organização e garantir a defesa dos direitos humanos e da dignidade das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro.

6.2 Pesquisa bibliográfica

As pesquisas de cunho bibliográfico desempenham um papel essencial no engajamento de um trabalho acadêmico ou científico. Elas se baseiam na coleta e análise de materiais pré-existentes, como artigos científicos, livros, jornais científicos, teses, dissertações e outros documentos acadêmicos. Essa abordagem de pesquisa oferece uma série de vantagens e contribuições significativas para o processo de investigação. A pesquisa bibliográfica oferece uma base sólida para a pesquisa acadêmica de várias maneiras.

Primeiro, ela permite ao pesquisador adquirir um embasamento teórico substancial explorando as contribuições de especialistas e estudiosos na área de estudo, fortalecendo assim a fundamentação do trabalho.

Segundo, ela proporciona acesso a uma ampla variedade de fontes de informação, abrangendo décadas ou até séculos de conhecimento acumulado, enriquecendo a análise com diferentes perspectivas ao longo do tempo e em diferentes contextos geográficos. Isso economiza tempo e recursos, em comparação

com a coleta de dados primários, uma vez que os materiais bibliográficos estão prontamente disponíveis em bibliotecas e bases de dados acadêmicas.

Terceiro, a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador explorar tópicos relacionados, contextualizando o problema de pesquisa em um contexto mais amplo e identificando lacunas no conhecimento existente para orientar a pesquisa adicional. A inclusão de referências bibliográficas sólidas e confiáveis aumenta a credibilidade e validade do trabalho, e a revisão crítica da literatura ajuda o pesquisador a desenvolver uma compreensão sólida das teorias e evidências existentes, servindo como base para a análise e interpretação dos resultados da pesquisa.

Por meio da análise histórica - surgimento das prisões no Brasil, com datas, evolução das prisões brasileiras, e também da análise de planos de comunicação prontos do Banco de Monografias da Universidade de Brasília (UnB) se deu a essência do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

6.3 Resultados esperados

Como mencionado anteriormente, o Brasil enfrenta um desafio significativo em relação à sua população carcerária, que é a terceira maior do mundo. Esse aumento contínuo e alarmante na população carcerária desde o início dos anos 1990 revela uma política de encarceramento em massa que impacta de maneira desproporcional os grupos sociais marginalizados e empobrecidos. Entre esses grupos, destacam-se os jovens, negros e moradores das periferias e áreas urbanas mais precárias, que são as principais vítimas desse sistema.

A metodologia de pesquisa adotada para o engajamento deste trabalho é a pesquisa descritiva, que utiliza métodos de coleta de informações como pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais. A pesquisa busca analisar e compreender a situação do sistema carcerário brasileiro e a atuação da Pastoral Carcerária, identificando maneiras de melhorar a comunicação e aumentar o impacto das ações da pastoral.

Uma das principais metas do trabalho é reorganizar a comunicação da Pastoral Carcerária, tornando-a mais eficaz e envolvente. Isso envolve um mapeamento cuidadoso da marca da pastoral, compreendendo sua missão, valores e objetivos. Além disso, a análise da "praça" refere-se à identificação dos canais de comunicação e plataformas onde a mensagem da pastoral pode ser disseminada de maneira mais eficiente. Isso inclui a presença nas mídias sociais, como o Instagram mencionado anteriormente, bem como a utilização de outras ferramentas de comunicação.

Outro resultado esperado é a criação de campanhas de conscientização, como a campanha para o Dia do Preso. Essas campanhas têm o propósito de informar o público sobre a realidade do sistema carcerário no Brasil, destacando suas deficiências e injustiças. Além disso, essas campanhas podem buscar o engajamento do público e incentivá-lo a contribuir com a pastoral, seja por meio de doações, voluntariado ou apoio político.

Para fundamentar a pesquisa e contextualizar o sistema carcerário brasileiro, foram utilizadas fontes e autores que oferecem uma visão abrangente da história desse sistema, comparando-o com o que era no início do século XIX. Essa contextualização é fundamental para compreender as raízes dos problemas atuais e destacar a importância da atuação da Pastoral Carcerária na promoção de uma visão mais humanitária e justa dos encarcerados no Brasil.

Em resumo, o trabalho busca não apenas criar um plano de comunicação eficaz para a Pastoral Carcerária, mas também sensibilizar o público e promover uma mudança na perspectiva da sociedade em relação ao sistema carcerário. Ao destacar as desigualdades e injustiças desse sistema, a pesquisa e as ações da pastoral buscam fomentar uma visão mais compassiva e humanitária em relação aos indivíduos que estão privados de liberdade no Brasil.

7. MÍDIAS SOCIAIS

Para a realização de um plano de comunicação é importante ser explicado o que de fato são as mídias sociais que são a base do projeto. Segundo (PERASSI; MENEGHEL, 2011), a mídia social, “é um suporte, o veículo ou o canal de comunicação, pelo qual a informação pode ser conduzida, distribuída ou disseminada, como um “meio” de comunicação”. Ou seja, essas tecnologias servem como um canal de comunicação que conecta as pessoas ao redor do mundo.

Outra definição de “mídias sociais” segundo Bradley e McDonald (2013, p. 26) é de que nelas existe, “um ambiente online criado com o propósito da colaboração em massa”. É onde a colaboração em massa ocorre, não a tecnologia per se (por si só)”. Ou seja, a tecnologia só funciona por meio da colaboração entre usuários das redes, é um meio pelo qual possibilita a interação entre membros, viabilizando discussões, compartilhamento de conteúdos e demais informações.

As mídias sociais oferecem as possibilidades de interação e socialização por meio das atividades: acesso online e arquivos, compartilhamento de objetos digitais, colaboração e cocriação, perfil de usuário e ferramentas de networking e vida virtual.

Neste trabalho a mídia social a ser estudada é o Instagram, uma tecnologia em que o usuário compartilha informações por meio de fotos, mensagens, vídeos e transmissões ao vivo.

7.1 MÍDIAS SOCIAIS- INSTAGRAM

O Instagram foi criado em outubro de 2010 pelo estadunidense Kevin Systrom e pelo brasileiro Mike Krieger. O aplicativo é uma rede social que compartilha fotos e vídeos e está disponível para uso em celulares, *tablets* e computadores.

Na plataforma é possível capturar ou carregar fotos (a partir das bibliotecas de fotos do celular ou diretamente pela câmera), fazer edição das imagens e publicá-las no seu perfil. Além disso, também é possível postar fotos e vídeos temporários usando o Instagram Stories, recurso do *Instagram* voltado para a

criação e postagem de publicações temporárias, que ficam disponíveis para visualização por apenas 24 horas - sejam fixados na página principal (*feed*) do perfil. O Story conta com diversas ferramentas de edição de imagem que permitem, por exemplo, aplicar filtros e adicionar stickers- figurinhas, texto e links nos posts que duram 24 horas.

Na rede social, cada usuário pode ser seguido e seguir outros. Os posts aparecem em um *feed* - em mídia social é um fluxo de conteúdo, como texto, imagens e vídeos, que é exibido para um usuário em uma plataforma de mídia social. Ele pode incluir atualizações dos amigos ou seguidores do usuário, bem como conteúdo de páginas ou contas que o usuário escolheu seguir. “Normalmente, é organizado em ordem cronológica inversa ou usando algoritmos de aprendizado de máquina para classificar e filtrar o conteúdo com base nos dados demográficos e nos interesses do usuário e pode ser encontrado na página de perfil do usuário ou na página "Explorar" ou "Descobrir"¹¹. (“What is Social Media Feed? - The Complete Definition, Example, and Beyond”, [s.d.])-, onde é possível curtir o conteúdo e fazer comentários. Acima do feed é exibida uma lista com as imagens de perfil de quem você segue. Basta clicar em um dos círculos para ver o que foi publicado no Stories dessa pessoa.

A plataforma foi escolhida devido ao seu alcance mundial. Segundo pesquisas da Semrush¹² de 2022, o Instagram é visitado por cerca de 4,26 bilhões de usuários por mês.

Nos tempos atuais a população em sua grande maioria não tem tempo para ficar lendo textos longos ou postagens nas redes de grande tamanho. No Instagram o visual é o mais importante, no caso foto ou vídeo o que atrai maior interesse do usuário.

Outro fator interessante da rede são os “Stories” do Instagram, com ele você pode mostrar o dia a dia da sua organização. No caso da Pastoral Carcerária

¹¹ Disponível em: <<https://www.socialpilot.co/social-media-terms/social-media-feed#:~:text=A%20%22feed%22%20in%20social%20media>>. Acesso em: 06 dez.2023

¹² Disponível em: <<https://blog.hootsuite.com/instagram-statistics/>>. Acesso em: 06 dez.2023

pode-se mostrar o dia a dia das visitas dos pastores aos presídios, dos eventos produzidos pela organização e etc. Esse meio de divulgar a Pastoral traz uma maior credibilidade a ela, mostrando a realidade dela dia após dia.

Por fim, a escolha do Instagram é devido ser a rede com o maior número de seguidores da Pastoral 4993, em 19/11/2023¹³ e com mais engajamento, curtidas e etc. A partir dessa breve descrição do significado de uma mídia social e do porquê de se utilizar o Instagram como ferramenta principal, será explicado o que é um plano de comunicação e como ele será utilizado a favor da Pastoral Carcerária.

8. FUNCIONAMENTO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

O plano de comunicação proposto para a Pastoral Carcerária busca não apenas consolidar sua presença na área de ajuda penitenciária, como por exemplo a *World Wide Fund for Nature (WWF)* nas questões ambientais, mas também torná-la autônoma em suas mídias sociais. Para isso acontecer é necessário um enfoque que envolva a definição de objetivos claros, a compreensão da audiência-alvo, a seleção de canais apropriados, a criação de uma identidade visual e a mensuração constante dos resultados. Com a implementação desse plano com um cronograma detalhado, a Pastoral Carcerária estará melhor posicionada para alcançar seus objetivos e ampliar seu impacto na comunidade.

O cronograma de implantação é de suma importância para que a Pastoral possa se organizar para executar as ações do Plano de Comunicação. As datas foram definidas com base nos primeiros meses de 2024.

Para definir o cronograma foram definidos alguns tópicos julgados como importantes, como aparece na figura cinco¹⁴. Os tópicos foram a criação de identidade visual, cronograma de postagens, métricas de atividade, criação de campanha, público-alvo e almoço mensal.

Com a criação de uma identidade visual para a Pastoral Carcerária tem-se como objetivo imbuir a ideia de que qualquer pessoa que necessite ajuda no âmbito

¹³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/pcrnacional/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

¹⁴ Figura cronograma de postagens (MONDAY)

dos direitos dos prisioneiros se dirija a Pastoral Carcerária. O tempo de implementação será de um mês.

Ao final de cada mês é importante que a equipe de comunicação se reúna e defina quais serão as possíveis postagens do mês seguinte. As postagens devem ser variadas, algumas com fotos e outras com vídeos para tornar a página mais atrativa e não estática “sem cor”. O tempo de implementação do cronograma de postagens é mensal e começará a ser executado após a criação da identidade visual, para que as postagens estejam de acordo com a página.

As métricas de atividade como o aumento no número de doações, o envolvimento nas redes sociais, o tráfego para o site da organização e a cobertura da mídia serão usadas para avaliar o progresso e fazer ajustes conforme necessário. Por isso, a implementação dela acompanha o cronograma de postagens, para avaliar qualquer tipo de risco nele.

A criação de campanhas têm o propósito de informar o público sobre a realidade do sistema carcerário no Brasil, destacando suas deficiências e injustiças. Além disso, essas campanhas podem buscar o engajamento do público e incentivá-lo a contribuir com a pastoral, seja por meio de doações, voluntariado ou apoio político. Um exemplo de campanha que será criado pela Pastoral será o Dia do Preso, 24 de maio, que visa humanizar as pessoas em situação de encarceramento. Será implementado de acordo com o calendário de postagens, e também de acordo com a demanda.

O público-alvo serão os doadores em potencial, voluntários, familiares de detentos, advogados de direitos humanos e o público em geral. Uma análise esmiuçada desse público ajudará a adaptar a mensagem que será transmitida pelos canais de comunicação de acordo com suas necessidades e interesses. A partir dessa análise as postagens poderão ser feitas. O tempo de implementação será de um mês.

A arrecadação de fundos para os eventos propostos, como o almoço mensal da Pastoral, é uma estratégia prática. A promoção antecipada desses eventos por meio de posts e a aceitação de doações regulares demonstram um esforço proativo para envolver a comunidade e garantir que esses eventos sejam bem-sucedidos. Os

almoços acontecerão após a identidade visual e o cronograma de postagens ficarem prontos (fevereiro).

Com o cronograma pronto, após três meses serão avaliados quais pontos deram certo e quais deram errado a partir das métricas de atividade. Com uma avaliação trimestral o plano de comunicação poderá ser alterado ou não conforme quiser a Pastoral.

Figura 5. Plano de comunicação.

Elemento	Público	Formato	Frequênci...	Objetivos	Prioridade	Timeline 1	Prazo
Criação Ide...	Interesses Pastoral	Pesquisas qualit...		ete americana, ou seja, aquela ...	Alta	an 1, '24 - fev 1, '2	1 fev, 2024
Cronogram...	Público 2	Reunião presencial	4	ao final de cada mês é import...	Alta	an 1, '24 - jan 25,	25 jan, 2024
Métricas d...	Internal	Pesquisas qualit...		Métricas como o aumento no ...	Alta	an 1, '24 - fev 1, '2	1 fev, 2024
Criação de ...	Interesse... Int...	Reunião presencial	4	Têm o propósito de informar o...	Média	abr 1, '24 - abr 30,	24 mai, 2024
Público-alvo	Interesses Pastoral	Reunião presencial	4	É imprescindível entender o p...	Alta	an 1, '24 - jan 31,	31 jan, 2024
Almoço- m...	Interesses Pastoral	Reunião presencial		A arrecadação de fundos para...	Média	fev 11, '24	11 fev, 2024
+ Adicionar Elemento	Interesses Pas...					an 1, '24 - abr 3...	

Fonte: Ferramenta Monday.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como metodologia a pesquisa descritiva, que utiliza métodos de coleta de informações como pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais.

Foram utilizados autores que contextualizam teorias a respeito de Comunicação, Direitos Humanos, História do Brasil, e Religiosos. Na comunicação foram exemplificados planos de comunicação trabalhados na academia, no assunto Direitos Humanos foram analisados notícias e artigos questionando a metodologia do aprisionamento brasileiro, na parte de História do Brasil foi trago um breve contexto sobre a história das prisões no país e por fim algumas visões de entes religiosos (Pastoral Carcerária) sobre a questão prisional brasileira.

O Plano visa capacitar a organização em mídias sociais, promovendo conhecimento e autonomia. Os treinamentos para a equipe são fundamentais para aprimorar habilidades em gestão de mídias e acompanhar as tendências. Além disso, mudar a imagem do preso na sociedade requer campanhas de conscientização, destacando histórias de sucesso de reinserção, como uma iniciativa no Dia do Preso.

Por fim, a educação pública desempenha papel crucial, desafiando estigmas e promovendo uma visão justa sobre a reintegração de ex-detentos e futuros ex-detentos. A partir deste trabalho espero que tenha contribuído para uma abordagem mais humanizada e eficaz na ajuda penitenciária, além de tornar os voluntários da Pcr autônomos na utilização das mídias sociais.

REFERÊNCIAS

ESCOLA DE E-COMMERCE. **Destaques do Instagram: Importância e como fazer os seus de forma estratégica!**. Disponível em: <https://www.escoladeecommerce.com/artigos/destaques-do-instagram/#:~:text=Qual%20a%20import%C3%A2ncia%20dos%20Destaques,visualmente%20para%20quem%20o%20visita..> Acesso em: 31 jan. 2023.

ESTECA, Augusto Cristiano Prata. **Arquitetura penitenciária no Brasil: análise das relações entre a arquitetura e o sistema jurídico-penal**. 2010. xvii, 224 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2010.”

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão (1987)**: penitenciária, disciplinary institution. 36. ed. Petrópolis: vozes, 2009.

FORUM SEGURANÇA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2023.

GLOBO. **População carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios em meio à pandemia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 17 mai. 2021.

INFOPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em: 31 jan. 2023.

JORGE, Wilson Edson. **Projetos Prisionais no estado de São Paulo**. Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 12, p. 100-117, dez. 2002.

LOPES, D. R. **Resolução no 14 de 11 de novembro de 1994 — Português (Brasil)**. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnppc/resolucoes/1994/resolucao-no-14-de-11-de-novembro-de-1994.pdf/view>.

MIOTTO, Armida Bergamini. **Temas Penitenciários. São Paulo: Revista dos Tribunais**, 1992. 227 p.

PLANALTO.GOV. **LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 31 jan. 2023.

RAZÃO INADEQUADA. **Foucault a punicao humanitaria**. Disponível em: (<https://razaoinadequada.com/2018/10/22/foucault-a-punicao-humanitaria/>). Acesso em: 22 out. 2018.

GOVERNO FEDERAL. **LEI Nº DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=&ano=1830&ato=9f10TP350dFRVT275>>. Acesso em: 8 dez. 2023.

Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela). [s.l: s.n.]. Disponível em: (https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf). Acesso em: 09 dez. 2023

SOUZA, Amanda. Plano de Comunicação: Céu do Cerrado Orgânicos. Orientador: Edmundo Brandão Dantas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Publicidade e Propaganda) - Universidade de Brasília (UnB) Faculdade de Comunicação – Habilitação em Publicidade e Propaganda, Brasília, 2018.

PERASSI, R.; MENEGHEL, T. **Conhecimento, Mídia e Semiótica na área de mídia do conhecimento**. In: VANZIN, Tarcísio; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. (org) *Mídias do Conhecimento*. Florianópolis: Pandion, 2011